

Omissão da sociedade civil assegura usurpação privada

Sistemas de comunicação gigantescos, descomprometidos com o interesse público e estruturados a partir do rádio e da televisão, agora avançam para o controle das novas tecnologias, sem reação correspondente da sociedade civil.

Daniel Herz



Em fevereiro de 1988, técnicos da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, constataram que três lotes de *gamaglobulina* do laboratório *Behring* continham o anticorpo *anti-HIV* e podiam contaminar os consumidores com o vírus da AIDS. O Ministério da Saúde, por isso, determinou a apreensão, em todo o país, deste medicamento utilizado principalmente por hemofílicos. Determinou também a interdição cautelar de outros nove medicamentos derivados de sangue, também suspeitos de contaminação.

Uma repórter da *Rede Globo*, em Brasília, foi escalada em 26 de fevereiro para fazer uma reportagem sobre o assunto. Essa repórter desde logo constatou uma atitude negligente do Ministério da Saúde. O Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Ronald Rahde, dizia que no dia anterior havia enviado um telex às secretarias estaduais de saúde. Mas neste dia 26, nem a Secretaria de Saúde do Distrito Federal tinha conhecimento do comunicado. A repórter também constatou que a *gamaglobulina* podia ser adquirida em farmácias de Brasília. Era sexta-feira e Rahde alegava dificuldades para mobilizar os técnicos da Secretaria para a apreensão do medicamento.

O ministro Borges da Silveira, da Saúde, também mostrava-se conformado com as dificuldades na apreensão da *gamaglobulina*, embora chegasse a lembrar que muitos casos de contaminação de hemofílicos - que eram atribuídos a transfusões de sangue, como o do cartunista Henfil - poderiam ter sido causados por medicamentos contaminados. Diante da situação, as autoridades do Ministério da Saúde ressaltavam a importância da veiculação de matéria jornalística para alertar os possíveis consumidores do medicamento.

Chocada com o que documentava, a repórter preocupou-se em produzir uma matéria cautelosa,

mas que fosse capaz de funcionar como alerta aos consumidores de *gamaglobulina* e dos demais hemoderivados do laboratório *Behring*. A matéria foi editada em Brasília e enviada à sede da *Globo*, no Rio. Mas não foi ao ar nesta noite e nem em qualquer outro dia. Ocorre que o laboratório *Behring* pertence ao grupo *Hoescht*, um dos maiores anunciantes da *Globo* e parceiro da *Fundação Roberto Marinho* no projeto *Ciranda da Ciência*.

Interpretando os interesses do seu anunciante, que tem o sugestivo slogan "Química a Serviço da Vida", neste 26 de fevereiro, a *Rede Globo* admitiu ficar "a serviço da morte" e pode ter contribuído, junto com a irresponsabilidade do Ministério da Saúde, a sujeitar à contaminação com o vírus da AIDS de dezenas, talvez centenas de consumidores de *gamaglobulina*, que podiam ter sido alertados.

Quem trabalha em redações de jornal, rádio ou televisão, é testemunha cotidiana de fatos, talvez não tão dramáticos com este, mas que atestam a submissão do interesse público ao privado, às consequências de uma atuação orientada exclusivamente pela lógica da mercadoria. Os meios de comunicação de massa no Brasil configuram uma perversa máquina de poder que opera uma insidiosa usurpa-

ção do público pelo privado, uma verdadeira afronta à cidadania.

A concentração

A televisão é o principal veículo de comunicação do país. Em 1991, absorveu 56% do montante das verbas publicitárias de um mercado de 1,91 bilhões de dólares. Essa concentração das verbas na televisão é uma das faces de um mercado extraordinariamente concentrado por um único grupo empresarial. Apenas a *Rede Globo* absorve diretamente quase 40% da totalidade das verbas publicitárias investidas no país. Somando o faturamento dos demais empreendimentos das organizações Globo na área da comunicação - jornal *O Globo*, rede de emissoras AM e FM, editora *Globo* - essa participação no mercado fica perto de 50%. Mas ainda há mais. Os principais grupos regionais de comunicação - com os maiores jornais e redes de emissoras AM e FM - são vinculados, na maioria dos estados, às *afiliadas da Rede Globo*. Assim, direta e indiretamente, as organizações *Globo* controlam algo em torno de dois terços de todo o mercado de comunicação.

A *Rede Globo* é o exemplo caricato de um mercado extremamente concentrado em todos os seus segmentos. A *Federação Nacional dos Jornalistas* estima que cerca de 90% de tudo o que se lê, se vê e se ouve através dos meios de comunicação do país origina-se de conglomerados de propriedade de apenas nove famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch-Grupo IBF, Frias, Mesquita, Levy, Nascimento Brito, Civita).

Os beneficiados

A televisão constitui a espinha dorsal dos sistemas de comunicação, por sua importância econômica e política, unificando o mercado e exercendo uma poderosa capacidade de determinação da cultura, em caráter massivo e nacional. No plano nacional, a televisão cumpre o papel unificador exercido pelo rádio no plano local, integrando audiências de analfabetos e o imenso contingente da população que não tem condições de adquirir jornais e revistas. A radiodifusão, isto é, a televisão e o rádio no seu conjunto em 1961 absorveram 61,1% do mercado.

Mais do que potencialidade econômica, o peso da radiodifusão revela poder político, tanto na sua atuação, como na sua própria organização. Até 1988, o "direito" de acesso às concessões e permissões de frequências e canais dependia de uma decisão pessoal do presidente da República. Isso perdurou por 57 anos tolerado pela sociedade

de civil. Em apenas três anos e meio de atuação, o governo Sarney aumentou em quase 50% o número de emissoras criado em 54 anos. Foram 1.028 concessões e permissões utilizadas por Sarney - que posou de estadista no processo de *impeachment* de Collor - para barganha de votos na Constituinte, especialmente em troca dos seus cinco anos de mandato. Apenas no período crítico de disputa, que inicia com a criação do *Centrão* - entre novembro de 87 e setembro de 88 - foram distribuídas 586 emissoras. Já com a posição final do Congresso definida - aprovado em plenário o texto incluindo dispositivo

que dava ao Congresso a palavra final sobre as concessões e permissões - Sarney ainda teve coragem de distribuir 257 emissoras em setembro e outras 25 em outubro, até a véspera da promulgação da nova Constituição, no dia cinco. Isso ocorreu sem nenhuma reação da sociedade civil correspondente à gravidade do problema.

Hoje restam menos de 15% das

frequências e canais tecnicamente viáveis no país. Foi praticamente esgotado o espectro eletromagnético, através de outorgas para beneficiar grupos, barganhar votos, influenciar decisões, além de compadrio e, não raro, corrupção. Foi assim que os setores mais conservadores do país - que serviram ou mantiveram boas relações com os governantes - passaram a contro-

lar o núcleo estruturador dos sistemas de comunicação no Brasil, que é a radiodifusão. Fazem parte deste seletivo "time" de beneficiados, empresas pertencentes a famílias de personalidades como o próprio ex-presidente José Sarney, o atual presidente Collor, e o ex-ministro das Comunicações e atual governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. As empresas das

famílias desses três personagens, aliás, são *afiliadas da Rede Globo*.

Executivo domina

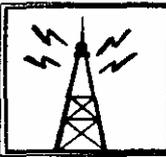
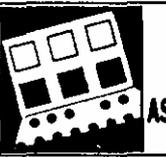
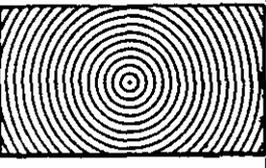
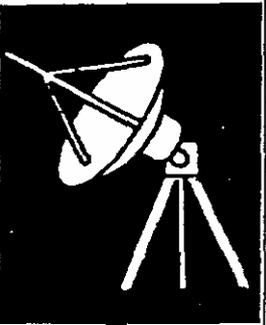
Mesmo com a Constituição atribuindo ao Congresso a competência de homologar a outorgas de concessões e permissões, o Executivo continuou "dando as cartas" sobre os sistemas eletrônicos de comunicação de massa. O Executivo prosseguiu aprovando sozinho as transferências de outorgas. Desse modo, para se obter uma FM de 0,5 quilowates em Cacimbinhas, no interior do Rio Grande do Sul, é preciso a aprovação do Congresso. Mas para se transferir as concessões de uma rede nacional de televisão - como ocorreu em junho último com a Rede Manchete, comprada pelo grupo IBF da família Bloch - basta a chancela de um burocrata da Secretaria Nacional de Comunicações. Além desse poder, o Executivo pode manobrar com o bilionário montante das verbas publicitárias federais, que chega a 15% do mercado, ajudando na sustentação de determinados grupos como ocorreu com a Rede OM, do empresário paranaense Carlos Martinez, ex-caixa de Collor na campanha de 89. Neste caso, a Rede OM, criada no início de 92, pretendia constituir uma linha de apoio ao governo Collor e, segundo apurou a CPI do Caso PC Farias, também foi financiada com cheques de fantasmas e do próprio PC Farias.

Tão grave quanto isso é a interpretação, assumida pelo Executivo, de que a competência do Congresso se esgota nas tecnologias convencionais de rádio e televisão. O Executivo, assim, acelera a implantação das novas tecnologia, regulamentadas por decretos e portarias e autorizadas exclusivamente pelo governo federal (ver Quadro).

A gigantesca e impermeável máquina de poder já constituída pelos sistemas de rádio e televisão, passa a ser fortalecida e modernizada com a distribuição autoritária e excludente das novas tecnologias. Os mesmos grupos, os setores mais conservadores do país, que já controlam os atuais sistemas de comunicação, estão recebendo do governo federal os instrumentos para a montagem dos sistemas dominantes de comunicação do próximo século. Até agora, ainda sem contraposição significativa da sociedade civil.

O AVANÇO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS

A palavra de ordem é "criar situações de fato" e beneficiar os grupos dominantes.

NOVA TECNOLOGIA	O QUE É	SITUAÇÃO ATUAL
 <p>TV EM UHF</p>	<p>Utiliza os canais 14 a 83, em <i>ultra high frequency</i>, ocupando as faixas de 470 a 890 MHz. Via ar, possibilita cerca de 35 canais numa mesma região.</p>	<p>Elaborado pelo governo Sarney um Plano de Distribuição de Canais baixado pela Portaria 194 de 5/8/88, incluindo 156 emissoras em 32 cidades. As autorizações não passam pelo Congresso Nacional.</p>
 <p>TV POR ASSINATURA</p>	<p>Trata-se de emissora de TV em UHF operando com sinal codificado, para ser recebido por assinantes através de um decodificador especial.</p>	<p>Regulamentada pelo Decreto 95.744 de 23/2/88, baixado pelo governo Sarney. 25 autorizações distribuídas sem a homologação pelo Congresso Nacional.</p>
 <p>TRANSMISSÃO DIRETA VIA SATÉLITE</p>	<p>Transmissão, através de satélite, de canais com sinal codificado que são recebidos por assinantes, com aparelho decodificador, através de antenas parabólicas.</p>	<p>Sem regulamentação específica. Operada pela <i>Rede Globo (Globosat)</i> que está criando uma situação "de fato" com sua atuação e vem praticamente monopolizando recursos do satélite <i>Brasilsat</i> destinados a essa finalidade.</p>
<p>MMDS</p> 	<p>A partir de uma mesma antena são emitidas em microondas até 31 canais com sinal codificado que são recebidos por assinantes dotados de antenas especiais e decodificadores. A limitação é a exigência de que haja contato visual entre a antena transmissora e a receptora, sem obstáculos.</p>	<p>Sem regulamentação definitiva. Mas 6 empresas já receberam autorização para operar, cada uma, quatro canais, sem a homologação do Congresso e criando uma situação "de fato", antes da regulamentação do serviço.</p>
<p>CABODIFUSÃO (TV A CABO)</p> 	<p>Através de uma rede de cabos coaxiais, semelhante à de telefonia, uma central de transmissão é ligada diretamente às residências dos assinantes, que recebem, com alta qualidade, os canais da TV convencional em VHF, e dezenas de outros canais em UHF, transmissão de áudio ou de dados. O sistema possibilita serviços de telecomunicações, telecompras, consultas médicas à distância, teleconferências, aulas e uma infinidade de outros serviços. Com a rede sendo de cabos de fibra ótica, o número de canais pode chegar à casa das centenas. É o sistema de comunicações do futuro, em expansão em todo o mundo.</p>	<p>Desde 1974, todos os governos federais tentaram implantar o sistema para beneficiar grupos. Para "criar uma situação "de fato" e dissimular o início da sua implantação, o governo Sarney, através da Portaria 250 de 13/12/89, autorizou a implantação de redes, denominando o serviço de <i>DISTV</i>. Além de 5 autorizadas pelo governo Sarney, o governo Collor distribuiu 93 autorizações, nos principais mercados, e desde 1991 tentou aprovar, por Decreto, uma regulamentação definitiva. Não há homologação do Congresso sobre as autorizações.</p>

* Daniel Herz é jornalista, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Autor do livro *A história secreta da Rede Globo*.